



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DA HUMANIDADES E LETRAS-IHL
CURSO BACHARELADO EM HUMANIDADES

ALADINO FERNANDES

“DESENROLA ESSA CORRENTE E DEIXA O ÍNDIO TRABALHAR”
HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA DO
CEARÁ

REDENÇÃO, CE

2017

ALADINO FERNANDES

“DESENROLA ESSA CORRENTE E DEIXA O ÍNDIO TRABALHAR”
HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA DO CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades

Orientadora. Prof. Dra. Caroline Farias Leal Mendonça

REDENÇÃO, CE

2017

ALADINO FERNANDES

“DESENROLA ESSA CORRENTE E DEIXA O ÍNDIO TRABALHAR”
HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA DO CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades

Data de Aprovação: Redenção - CE, 10 de agosto de 2017.

BANCA EXAINADORA

Prof. Dra. Caroline Farias Leal Mendonça

(Orientadora- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Prof. Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco

(Avaliador Interno-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Prof. Ms. Thiago Halley Santos de Lima

(Avaliador Externo - Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé)

Dedicatória

Dedico esse trabalho: à minha família; à minha professora e orientadora Dra. Caroline Farias Leal Mendonça; ao povo indígena do Brasil particularmente o do estado do Ceará, especialmente aos Anacé de Caucaia, Tapeba de Caucaia, Jenipapo-Kanindé de Aquiraz e Pitaguari de Pacatuba; e à todas/os minhas/meus amigas/os e todos os meus e minhas colegas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me protegido, dando a força, a saúde, a sabedoria e o conhecimento para que hoje eu possa chegar onde cheguei. Aos meus pais, Paulo Fernandes e Damiana Joaquim Nancassa sem eles a minha existência seria impossível; às minhas irmãs, Ana Fernandes, Gina Fernandes, Maria do Céu Fernandes, Hortência Fernandes, sem esquecer do meu queridinho irmão, Mélicio Fernandes, pelo apoio, ânimo, espírito de coletivismo e amor incondicional que vivenciamos juntos. À minha orientadora, professora Dra. Caroline Farias Leal Mendonça, por ter me aceitado neste desafio como orientadora, a qual tenho muita admiração e gratidão por sua paciência, amor, vontade, dedicação e empenho ao me repassar seus conhecimentos e ensinamentos, e principalmente por acreditar em mim, a quem devo toda a minha obrigação e especialmente dedico este trabalho. Enfim, agradeço a todas/os amigas/os que contribuíram de forma direta e indireta para que este sonho se torne numa realidade; por momentos bons e ruins que partilhamos e pelo respeito, tolerância e consideração que nunca faltaram na nossa amizade.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO-----	8
2- JUSTIFICATIVA-----	9
3- PROBLEMATIZAÇÃO e REVISÃO DA LITERATURA-----	16
4- OBJETIVOS-----	25
5- REFLEXÕES METODOLOGICAS-----	26
6- CRONOGRAMA-----	28
7- REFERENCIAIS BIBLIOGRAFICAS-----	29
8- ANEXOS-----	30

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste projeto de pesquisa “História e Organização do Movimento Indígena no Ceará” se deu inicialmente pelo contato que tive com a temática indígena quando eu me matriculei na disciplina *Educação Escolar Indígena* no 3º período do meu curso. Nessas aulas tive a oportunidade de conhecer sobre estes povos no Brasil, depois de ouvir relatos sobre a luta dos movimentos indígenas, sobre o reconhecimento da sua identidade, cultura e a demarcação dos seus territórios. Depois desse contato esse tema chamou a minha atenção na universidade, no sentido que foi tratado ao longo da disciplina, destacando a história destes povos e a dimensão política de suas lutas dentro do Estado nacional. Depois no semestre seguinte (2016.1), voltei a me matricular numa outra disciplina chamada *Educação Intercultural Indígena* que tratava sobre os movimentos indígenas no Brasil em articulação com as lutas na América Latina para que eu pudesse ter ainda mais o conhecimento sobre as resistências diante da colonização e seus efeitos na atualidade.

A experiência nestas duas disciplinas despertou a minha atenção e o meu interesse porque os temas debatidos frequentemente em sala de aula são semelhantes à minha realidade em Guiné Bissau. Os meus avós são das aldeias no interior do meu país, eles pertencem a uma das etnias indígenas na Guiné, etnia Mancanha, é por isso que me encantou a escolher esse tema.

Os Mancanhas, chamados também de “Brames”, têm origem na cidade de Bula (tradicionalmente conhecida como capital dos Mancanhas), setor da região de Cacheu situada no norte da Guiné Bissau. Atualmente, os Mancanhas podem ser localizados tanto na cidade de Bula como na cidade de Có.

O povo Mancanha é fortemente animista eles acreditam que nem todos os homens possuem as mesmas capacidades, e que entre eles há homens que possuem faculdades sobrenaturais. Para o Mancanha, o ato de viver está envolvido num mistério em que divino e o humano se fundem entre si sem que haja possibilidade de os compartimentar. A sua qualidade de vida dependerá da sua relação com o mundo dos ancestrais. Os Mancanha seguem as suas tradições à risca, com uma vontade enorme porque para eles nada é mais importante que a sua cultura.

Eu sou filho e neto de Macanha que é uma das 27 etnias da Guiné Bissau, só que eu não sei falar a língua dos meus pais porque eu nasci na cidade de Bissau e os meus pais não costumam falar a língua Mançanha comigo, somente a língua Crioulo. É por isso que eu não tive esta oportunidade de aprender a falar a língua Mançanha, mas tem algumas palavras que eu consigo entender quando eles estão a conversar entre si. Este fato de eu ter nascido na capital me faz querer voltar à realidade da minha etnia e retomar essa relação com meus ancestrais e à nossa cultura e história.

Penso que essa minha história me fez ficar encantado com esse tema que trata dos movimentos indígenas aqui no Brasil, principalmente no estado do Ceará, gostei desse tema e decidi escolher para o meu projeto de pesquisa de conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades. E quando terminar a minha formação aqui no Brasil, eu pretendo voltar para o meu país e dar uma contribuição a minha pátria e continuar a minha pesquisa para que eu possa aprofundar o conhecimento sobre a etnia Mançanha que eu reconheço como uma etnia indígena no meu país.

2. JUSTIFICATIVA

A questão indígena é um tema cada vez mais recorrente no cenário nacional brasileiro, marcado pela mobilização de diversos povos indígenas na luta pela efetivação dos direitos já garantidos em Lei, isto é, na Constituição Federal de 1988. Dentre esses direitos estão o reconhecimento da identidade indígena, o direito à cultura e à demarcação e homologação da Terra Indígena, estes são os mais fundamentais e, ao mesmo tempo, os mais polêmicos. Vejamos o artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A Constituição de 1988 é de grande importância para o movimento indígena porque coloca o fim da tutela estabelecida pelo Estatuto do Índio (Lei 6001/73). Ao reconhecer aos índios “suas organizações sociais próprias”

significou que os índios passaram a ter sua autonomia reconhecida pelo Estado e isto possibilitou que os povos indígenas se auto representassem por meio do movimento indígena e não pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹.

Outro avanço importante foi o reconhecimento de ter acesso as terras que eles reconhecem como o território que seus ancestrais habitavam a vários anos atrás, para que eles possam manter o vínculo com os ancestrais através dos rituais como forma de preservação da cultura e da memória dos seus antepassados. Segundo Gallois (1998), as terras de ocupação tradicional prevista no artigo 231 da CF de 1988 são as terras ocupadas pelos índios em caráter permanente e mostra que essas terras também devem considerar as áreas utilizadas para as atividades produtivas, e as terras imprescindíveis para a preservação dos recursos ambientais que são necessárias para o seu bem-estar e a necessidade para a reprodução física e cultural dos povos.

No Brasil o direito constitucional dos indígenas aos seus territórios tradicionais faz com que se intensifique os debates acerca da identidade e os conflitos de interesses antagônicos: de um lado temos os povos indígenas reivindicando a posse da terra, e de outro, os interesses de grupos econômicos envolvidos. Assim sendo a afirmação da identidade se torna a principal ferramenta nessa luta pelos direitos, como está previsto na Constituição. É nesse sentido que o movimento indígena tem grande importância porque,

Os movimentos indígenas surgidos a partir das assembleias indígenas, dos encontros, cursos, visitas e das lutas pelos direitos, especialmente à terra, foram sentindo a necessidade de construir instrumentos mais permanentes para articular e dar força política a essas lutas. Assim, ao longo dessas últimas três décadas, foram se constituindo inúmeras organizações indígenas, seja por regiões, povos, aldeias ou rios[...]. As bandeiras mais importantes continuaram sendo a luta pela terra e pelo reconhecimento de fato de suas sociedades e formas de vida, e a construção de relações de autonomia ante o Estado (SILVA, 2000, pp 97-98)

¹ Agências indigenistas estatais, o SPI foi criado pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o objetivo a pacificação e proteção dos grupos indígenas, sendo extinto em 1967 quando da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Trazendo para a realidade do Ceará, neste estado o movimento indígena surge na década de 1980, no processo de emergência étnica. Segundo Estevão Palitot (2009), para falar dos povos indígenas no Ceará é importante olhar para a história de mobilização destes povos:

No Ceará, a projeção dos grupos indígenas acontece a partir da década de 1980. Através da organização social e da mobilização política, segmentos da população cearense passaram a se afirmar como grupos étnicos indígenas. Esse processo de mobilização resultou na composição atual de uma população de 22.536 indígenas (FUNASA, 2008) distribuída nas etnias Anacé (Caucaia e São Gonçalo do Amarante), Gavião (Monsenhor Tabosa), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Kanindé (Aratuba e Canindé), Kalabaça (Crateús e Poranga), Kariri (Crateús), Pitaguary (Maracanaú e Pacatuba), Potiguara (Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril), Tabajara (Crateús, Quiterianópolis, Monsenhor Tabosa e Poranga), Tapeba (Caucaia), Tremembé (Acaraú, Itapipoca e Itarema), Tubiba-Tapuia (Monsenhor Tabosa) e Tupinambá (Crateús) (PALITOT, 2009, pp.234-235).

O autor também explica a relação destes povos com organizações indigenistas no estado:

Na visibilidade desses grupos indígenas merece destaque a ação mediadora das agências indigenistas, tais como: a Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH, a Associação Missão Tremembé – AMIT e a Pastoral Raízes Indígenas. Estas agências colaboraram, entre outros, na organização, na divulgação e na defesa dos direitos indígenas, na formulação de projetos e no financiamento das atividades do movimento indígena. Através dessas ações, foram se consolidando como parceiras dos indígenas (PALITOT, 2009, p.235).

Na atualidade, os povos indígenas no Ceará, vivem realidades distintas e habitam as seguintes regiões²: litoral, serra, sertão e região metropolitana. São povos que existem graças a memória dos seus antepassados, por meio dela estes povos conseguiram retomar suas identidades. Estes povos estão situados nos seguintes municípios:

² Ver mapa das Mobilizações Indígenas no Ceará Contemporâneo no anexo 1 do TCC.

Quadro 1- Povos Indígenas no Ceará

Povos Indígenas	Municípios onde habitam
Tapeba	Caucaia
Tremembé	Itarema, Acaraú e Itapipoca
Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba
Kanindé	Aratuba e Canindé
Jenipapo-Kanindé	Aquiraz
Potiguara	Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril
Tabajara	Crateús e Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril
Tapuya-Kariri	São Benedito
Kariri	Crateús
Kalabaça	Crateús e Poranga
Anacè	São Gonçalo do Amarante e Caucaia.
Gavião	Monsenhor Tabosa
Tubiba-Tapuia	Monsenhor Tabosa
Tupinambá	Crateús

Fonte: elaboração própria a partir de variadas fontes

Em relação aos dados demográficos, a quantidade de povos e sua população varia de acordo com a interpretação e critérios de cada agência de informação. Vejamos: para o movimento indígena no Ceará, segundo me informou a liderança Weibe Tapeba são 14 etnias, em 18 municípios e com população de 32.000 indígenas. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não apresenta dados das etnias, mas informa uma população de 19.336. Para o meu TCC vou trabalhar com os dados do Movimento Indígena porque acredito que são as informações mais próximas da realidade e informadas pelos sujeitos da pesquisa.

Ao pesquisar sobre os dados da presença indígena no Ceará na atualidade, me deparei com várias informações que mostram uma realidade de crescimento tanto populacional como de etnias, o que demonstra a importância da história do movimento indígena neste estado, em sua luta para o reconhecimento dos povos. Um exemplo são os dados na tese de doutorado de Neto, com sua pesquisa no ano de 2005, vejamos:

Assim em 2005, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - principalmente instituição pública responsável pela políticas indígenas no Brasil, criada em 1967, reconhece no Ceará 9 etnias em 17.170 indígenas. Também em 2005, a Associação Missão Tremembé uma Organização Não-Governamental que tem se destacado no processo de mobilização e reivindicação indígena no Ceará aponta para a existência de 15 etnias, com estimados 30.000 indígenas. Também em 2005, a Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará, COPICE, opera com o indicativo de 16 etnias e 30.000 indígenas (NETO, 2005, p.21).

O que ocorre em termos de crescimento demográfico dos povos e das etnias no Ceará é reflexo do que acontece no Brasil. O último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ (IBGE), realizado no ano de 2010, informa que no Brasil são 190.755.799 de indígenas. Para os estudiosos este é um resultado que aponta para um crescimento populacional importante e explicam o seguinte:

O crescimento de 10,8% ao ano da população que se declarou indígena, no período 1991/2000, principalmente nas áreas urbanas do País, foi atípico. Não existe nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno. Muitos demógrafos atribuíram o fato a um momento mais apropriado para os indígenas, em que estavam saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida, mais especificamente, os incentivos governamentais. Segundo Luciano (2006), esse incremento poderia estar associado à melhoria nas políticas públicas oferecidas aos povos indígenas. Sendo assim, independentemente da área geográfica onde estivessem residindo, o Censo Demográfico 1991 revelou que em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado; no Censo Demográfico 2000, esse número cresceu para 63,5%; e, segundo os dados mais recentes, do Censo Demográfico 2010, atingiu 80,5% dos municípios brasileiros. Esse espalhamento da população indígena foi mais significativo na Região Nordeste, corroborando com o processo da etnogênese, que ocorreu e vem ocorrendo em muitas regiões do País (IBGE, 2010, p.4)

De acordo com IBGE (2010), os Municípios com maior número de população indígena, são: Município de Fortaleza que é o centro urbano apresenta 3.071, Município de Caucaia 2.706, Município de Itarema 2.258,

³ O Censo Demográfico é uma pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos. Através dele, reunimos informações sobre toda a população brasileira. Cf.: < <http://7a12.ibge.gov.br/sobre-o-ibge/o-que-e-censo.html>>. Acesso em julh.2017

Município de Maracanaú 2.200, Município de Monsenhor Tabosa 1.934, Município de Poranga 1.173, Município de Pacatuba 744, Município de Crateús 613, Município de Itapipoca 403 e o Município de Juazeiro do Norte 355 (IBGE, 2010, p. 22). Isso demonstra que o número da população indígena do estado cresceu muito em relação ao primeiro número de dados que eu tinha citado lá em cima, no ano de 2005, destacando o crescimento da população autodeclarada indígena na zona urbana do Estado.

Sobre o número de organizações indígenas no Ceará, de acordo com a pesquisa de Estevão Palitot, são 17 organizações, sendo 11 delas organizações locais e 2 organizações que são de representação dos povos indígenas do estado do Ceará (PALITOT, 2009, p.45). Mas, atualmente, uma pesquisa inicial feita por mim durante participação nos eventos do movimento indígena, mostra uma mudança neste quadro da representação geral dos povos, sendo 5 as organizações que articulam e representam os povos no estado: COPICE – Comissão das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará; OPRINCE – Organização dos Professores Indígenas do Ceará; AMICE – Articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará; Juventude Indígena do Ceará e a Rede de Museus Indígenas do Ceará

Como é possível perceber, a presente pesquisa se justifica no atual cenário social, político e econômico, no qual os direitos dos povos indígenas tem sido ameaçados pelas elites que estão no Congresso Nacional, considerando que as organizações indígenas se inserem num campo de luta dos movimentos sociais no Brasil, sendo impactadas e gerando impactos sobre o Estado, os empresários que tem interesse nas terras indígenas, nas próprias organizações indígenas, e nas organizações não governamentais que apoiam a causa indígena.

No estado do Ceará a situação de regularização das terras indígenas é muito atrasada, das 14 etnias apenas 1 terra é homologada, a dos Tremembé do Córrego José Pereira. A dos Jenipapo Kanindé está demarcada e declarada, os Tapeba e Pitaguary em identificação e com muitos conflitos. A maior parte está sem providências conforme pode ser visto detalhadamente no anexo 2. Nesse sentido, pode-se vislumbrar a importância da pesquisa proposta que busca contar a história do movimento indígena no Ceará, identificando os processos de luta pelos territórios, os diálogos com outros setores estatais e não

estatais na busca da demarcação de seus territórios e dos demais direitos conquistados e que já é garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

Quando comecei a minha revisão bibliográfica sobre a temática do movimento indígena não encontrei os trabalhos que falam diretamente da história do movimento indígena no Ceará, isso me fez realizar um grande percurso na tentativa de encontrar esses materiais para o meu projeto de pesquisa. Resolvi percorrer vários caminhos para encontrá-los, participei nos vários encontros que foram organizados por diferentes grupos étnicos indígenas e também do movimento indígena no Ceará de forma que eu pudesse encontrar informações pelos próprios povos indígenas para que eu possa sustentar o meu TCC. Apresento no quadro abaixo este percurso:

Quadro 2- Percurso de aproximação da temática indígena

O quê	Quando	Conteúdos e experiências
Disciplina Educação Escolar Indígena (IHL/Pedagogia)	Semestre 2016.1	Apropriação dos referenciais teóricos sobre o que são os povos indígenas, movimento indígena, educação e escola indígena, relação dos índios com o Estado
Palestra sobre Museu Indígena no Ceara, com lideranças indígenas no I Festival das Culturas. Anfiteatro do Campus da Liberdade.	22 de junho de 2016	Conhecimento e escuta das experiências de Museu Indígena, a importância da história, memória e organização explicada pelos próprios indígenas.
Ato de Ocupação do BR-222, por parte do movimento do Ceara.	08 de julho de 2016	Participação no ato político do movimento indígena do Ceará reivindicando a regularização de seus territórios
Disciplina Educação Intercultural Indígena (IHL/BHU)	Semestre 2016.2	Apropriação dos referenciais teóricos sobre os Povos Indígenas do Brasil e América Latina.
II Fórum de Museus indígenas do Ceará realizado na Comunidade Indígena do povo Jenipapo Kanindé	09 a 11 de dezembro de 2016	Primeira visita a um território indígena, contato com todos os povos do Ceará e de outros estados.
Aula de campo Anacé (Matões)	11 de fevereiro de 2017	Segunda visita a um território indígena e conhecimento sobre a luta do povo Anacé impactado por vários empreendimentos. Contato com lideranças, crianças, jovens e anciãos.

I Conferencia de Juventude Indígena Kanindé na Terra Indígena em Aratuba (Maciço)	4 a 5 de março de 2017	Terceira visita a um território indígena, contato com jovens indígenas de outros estados, com lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Entrevistas para o TCC com lideranças indígenas.
---	------------------------	--

Acredito que essa pesquisa pode contribuir com os demais pesquisadores e profissionais da área a uma reflexão sobre a importância das organizações indígenas no Brasil e no estado do Ceará.

O objetivo deste trabalho é conhecer, analisar e compreender a realidade da luta pelo território dos movimentos indígenas no estado de Ceará, através da pesquisa qualitativa. Pretendo realizar esta pesquisa dando enfoque as suas lutas de grande sofrimento e das grandes resistências de muitos anos atrás, que até agora continua na mesma luta, para demarcação dos territórios que pertencem a eles. Os povos indígenas são povos resistentes, porque eles resistiram durante 500 anos, desde os tempos dos colonizadores portugueses, e continuaram a resistir e também a sofrer pela sua terra. Porque a terra é muito importante para o povo indígena, é por isso que eles continuam a lutar pela terra.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Para pensar meu problema de pesquisa refleti sobre qual a questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, compreensão, interpretação, registro. A partir do meu interesse pelo tema iniciei com uma pesquisa bibliográfica para levantar dados sobre trabalhos teóricos relacionados ao meu tema “movimento indígena no Ceará”. A pesquisa foi realizada através de busca no periódicos Capes e na biblioteca virtual da UFC, UECE, UNILAB. Não encontrei nenhum trabalho diretamente relacionado ao tema. Então fui pessoalmente as bibliotecas da UFC, UECE, UNILAB e com a ajuda das bibliotecárias confirmei que não há nenhum trabalho o que demonstra que há pouca pesquisa sobre o movimento indígena no Ceará.

A maior parte dos trabalhos que localizei nesta etapa inicial da pesquisa bibliográfica se referem a pesquisas etnográficas sobre alguns dos povos

indígenas no Ceará (GOMES, 2009 e 2012; PALITOT, 2009; OLIVEIRA, 2013; JUCA, 2014)⁴.

Diante disso, iniciei uma breve pesquisa com representantes do movimento indígena tanto do Ceará como do Nordeste para compreender melhor o que é o Movimento Indígena, como ele se organiza, quais suas principais bandeiras de luta e qual o principal objetivo dos povos indígenas em se organizarem coletivamente. É na articulação da teoria com as entrevistas que realizei que se desenvolve a problematização do meu TCC.

O movimento indígena no Ceará está organizado em redes de organização locais, estaduais, regionais e nacionais. A principal luta destes povos por meio do movimento é a regulação do seu território de direito. Mas só que a demarcação das terras indígenas é uma questão histórica e ainda mal resolvida. Contrário a ela há um grande interesse político e econômico das elites do país, mas através das assembleias organizadas pelas lideranças e as organizações citadas em cima eles conseguem articular as informações e compartilhar a experiência de resistências com rapidez e grande alcance de repercussão, fortalecendo assim a luta comum e com o apoio dos antropólogos, professores, alunos dentro das universidades e com o apoio das Organizações Não-Governamentais no país.

Segundo Oliveira (2013), o movimento indígena surgiu e foi apoiado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que foi criado por setores progressistas da Igreja Católica, como uma instância que teria a intenção de formular o trabalho de missionalização, voltado até então para a catequese e “civilização” dos grupos indígenas” (OLIVEIRA, 2013, p.72). A autora explica que o Cimi foi fortemente influenciado pela Teologia da Libertação, que se fez presente na formação de diversos movimentos sociais:

Esse modo de fazer teologia, que se disseminou pela América Latina nas décadas de 1960 e 1970, era voltado para discussão

⁴ Entre os TCC defendidos na Unilab (Domingas da Silva, Os Guardiões da Memória: Trajetórias e Identidade dos Kaninde de Aratuba-CE, Francisco Wallison Batista de Lima, Licenciando em História: “As Memórias da Educação Escolar Indígena entre os Kanindé de Aratuba como Lugar de Luta e Resistência”. E Taís Karine Madeiro de Queiroz, Licenciada em História: “Kanindé de Aratuba: a história contada através do museu e dos relatos orais” aqui e nas referências) e, a partir deles, pude acessar informações sobre o movimento indígena. Mas, como eu disse na justificativa, não localizei nenhuma pesquisa específica sobre a história e modo de organização política do movimento indígena neste estado.

sobre a libertação dos marginalizados das diversas formas de opressão impostas pelo capitalismo. A “opção pelos pobres”, pregada pela Teologia da Libertação, via oprimido como o principal agente da sua própria libertação, tendo a participação deste movimento em defesa dos seus direitos como foco fundamental para a conscientização dos grupos (OLIVEIRA, 2013, p. 72).

Na dissertação de mestrado de Juliana Juca (2014) mostra que nos anos de 1970 e 1980 é que chegou ao conhecimento público as reivindicações e as mobilizações dos povos indígenas que antes não eram reconhecidos pelo órgão indigenista e, em alguns casos, que não eram reconhecidos pela literatura etnológica. Por exemplo, ela citou-se os Tingui- Botó, Karapató, Kantaruré, Jeripancó, Wassu em Alagoas e Tapeba no Ceará, entre outros povos, os quais passaram a ser chamados de “novas etnias” ou de “índios emergentes” (OLIVEIRA, 2004, apud, JUCA, 2014, p. 17).

No caso do estado do Ceará, segundo ela, isso só aconteceu após as mobilizações dos índios Tapeba (Caucaia), Tremembé de Almofadas (Itarema), Pitaguary (Maracanaú) e Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), que a FUNAI passou a reconhecer a presença indígena no Ceará. E na década de 1980, houve uma grande manifestação de comunidades que começaram a reivindicar o reconhecimento da identidade indígena e dos direitos diferenciados para a Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que diversas autoridades públicas afirmaram que não existia o índio no Ceará (RATTS, 2009, apud, JUCA, 2014, p. 17).

Como exemplo das lutas no Ceará que deu início ao movimento indígena é o caso dos Tapeba, que segundo Enio Barreto,

As mobilizações de apoio indigenista, que semearam o Movimento Indígena no Ceará, tiveram o início com o povo Tapeba. Assessorias às comunidades rurais da Arquidiocese de Fortaleza começou a trabalhar em Caucaia, em 1984, na tentativa de equacionar o problema dos índios Tapebas e pequenos posseiros. Com a derrocada do Plano Nacional de Reforma Agrária, a equipe acabou a direcionando a forças marcadamente para o grupo indígenas, propondo a criação de uma área indígena no município de Caucaia, beneficiando os Tapebas. Nesse processo, os Tapebas passaram a estabelecer novas relações não só com a Igreja Católica, como também com agências governamentais e, posteriormente, com ONGs, abrindo novos horizontes de diálogo. A Arquidiocese ainda atuou

no “resgate” da memória do grupo através de estratégias didático-pedagógicas diversificadas (e, por vezes assistencialistas) auxiliou no fortalecimento da identidade étnica do grupo, inclusive divulgando nos meios de comunicação informações sobre os Tapebas (BARRETTO FILHO, 199, apud, OLIVEIRA, 2013, p.155)

Para o Estêvão Martins Palitot, os povos indígenas no Ceará iniciaram um movimento no sentido de se organizarem e reocuparem o seu espaço a partir de 1982, quando

“surgiram novos atores sociais que passaram a se organizar em diferentes espaços, como sindicatos, comunidades eclesiais de base, organizações de bairros e entidades representativas de minorias étnicas e de gênero” (OLIVEIRA JR., 1998, p.19), tendo também como apoio a Constituição Brasileira de 1988, que garante aos povos indígenas o direito de vincularem sua alteridade nas terras que tradicionalmente ocupam, estabelecendo respeito por parte dos não índios às suas práticas culturais, usos, costumes, crenças, hábitos, línguas e tradições (PALITOT, 2009, p. 251).

A fala dos autores acima citados demonstra como os povos indígenas se unem em interesses comuns, a luta pela terra e o reconhecimento como indígena, e formam o movimento indígena. A autora Rosa Helena Dias da Silva (1999) explica que o movimento indígena tem vários tipos de organizações que são: regional, estadual e nacional e que atuam no âmbito da política, sociocultural e econômica. Para Silva (1999), as organizações que têm visibilidade regional e mesmo nacional contam com a sedes próprias em centros urbanos, infraestrutura e cobertura da mídia, temos como exemplo aqui na região estudada a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos (APOINME). A grande maioria está circunscrita a contextos locais, isto é, são as organizações dentro de cada território indígena, como exemplo no povo Kanindé tem a Associação Indígena Kanindé (AIKA) e o Ponto de Memória Museu Indígena Kanindé.

A autora explica que ainda tem as organizações temáticas como a de professores indígenas, juventude indígena, entre outras. Esses vários tipos de organizações surgiram para buscar as alternativas econômicas para sua comunidade ou representar o povo ou os povos da região diante de alguma demanda de política pública como as de saúde e educação. E, “que no conjunto,

constituem algo de novo no cenário indígena e indigenista do país e reforçam, de uma forma positiva, a própria diversidade indígena no Brasil contemporâneo” (Silva, 1999, p. 98).

Nos diálogos com estas lideranças deixaram bem claro que para os povos indígenas a terra tem grande importância, que a luta pelo território é um dos principais objetivos do movimento indígena. Vejamos em suas falas. Para Climério do povo Anacé,

“o maior foco da nossa luta é pela terra, onde tiramos o nosso sustento e tiramos a nossa espiritualidade que está nos Encantados. Realmente hoje a nossa terra está maltratada pelo Estado brasileiro que a vê como qualquer área de troca e para nós, povos indígenas, a terra não é uma área de troca, ela é a nossa mãe. A mãe não se vende, a mãe não se troca, a mãe se cuida, é isso que nós queremos. Um exemplo bem claro é que todas as maiores partes das áreas reservadas hoje, que faz o processo de purificação do ar e das grandes nascentes, estão sim dentro das terras indígenas, porque nós temos essa missão de preservar a natureza onde a gente vive, além de tudo onde a gente vive é o nosso lugar sagrado, e o Estado brasileiro não respeita o nosso sagrado” (Climério Anacé, Movimento de Juventude Indígena do Ceará, 05/03/2017).

No estado do Ceará a presença indígena organizada politicamente sempre esteve relacionada a luta pela reconquista de seus territórios, para o autor Estevão Martins Palitot,

a presença indígena no Ceará, longe de ser ponto pacífico nos círculos intelectuais, políticos, midiáticos e populares, é marcada pela multiplicidade de enfoques e opiniões. Desde o início do ressurgimento político das etnias indígenas cearenses na década de 1980, o tema que era considerado superado, repetindo a frase final do romance Iracema – “Tudo passa sobre a terra” – tornou-se objeto de candentes disputas simbólicas e jurídicas (PALITOT, 2013, p.19).

Na fala de outro entrevistado, Maurilio do povo Truká, do estado de Pernambuco,

lutamos pela terra, e na nossa luta queremos que o nosso território seja demarcado e homologado, pois quando temos a nossa terra a gente vai conseguir assegurar a Educação, Cultura e a Saúde. E quando a gente não tem a terra, a gente não tem como dialogar, a gente não tem perspectiva de futuro. No

movimento indígena a gente se sente forte, porque a gente até aqui acreditou na luta dos nossos antepassados, com as inspirações e com as ancestralidades, fazem com que sejamos resistentes. Chegamos a um determinado momento que a juventude indígena tem procurado estar ao lado dos nossos anciões a compartilhar da mesma luta e a entender essa diversidade que existe no país. A juventude indígena tem dado a mão à luta, aos nossos mais velhos na defesa da vida, na defesa do território e na defesa da mãe natureza, então ser indígena diante de qualquer coisa de fato é viver em total harmonia com a natureza, com a permissão da nossa ancestralidade e preservar sempre a cultura e a identidade e buscando a nossa autonomia no nosso espaço e nas nossas aldeias (Maurílio Truká, Organização da Juventude Indígena de Pernambuco, 05/03/2017)

Considerando todos os relatos dos povos indígenas que eu já ouvi durante a minha pesquisa, os temas debatidos na sala de aula e com as aulas de campo nas comunidades indígenas, com os grupos de estudantes e professores, e nas palestras efetuadas na sala de aulas com os convidados especiais das grandes lideranças indígenas, dá para entender na fala deles que há um só objetivo principal: a luta pela terra. Que a pauta principal das reivindicações dos movimentos indígenas, é o reconhecimento da sua identidade e demarcação da terra.

Conhecemos a nossa territorialidade e a nossa terra ancestral, é o que nos dá o direito a reivindicá-la. O Estado brasileiro é muito omissivo na demarcação das terras indígenas apesar de nós termos uma luta de muito tempo, desde a Constituição Federal de 1988, que nos rege hoje, a gente já tinha organizado e focado no nosso Ceará. Temos uma luta bastante grave no nosso estado, porque nós temos o povo Tapeba que a mais de 32 anos luta pela demarcação das suas terras e até hoje não foi demarcada e cada vez a metrópole cresce para sua terra tomando cada vez mais os seus territórios. A gente tem também o povo Pitaguary que tem a sua terra demarcada, mas a desintrusão ainda não saiu que é a retirada dos não-índios da área, e por conta disso aumentou a criminalidade contra este povo (Climério Anacé, Movimento de Juventude Indígena do Ceará, 05/03/2017).

Sobre a importância do território para os povos indígenas encontramos na literatura antropológica que:

São comuns ideias como “imemorialidade” da ocupação indígena em determinada região, assim como é corrente a caracterização do modo de vida indígena através de seus

vínculos com a “natureza”, ou com algum “nicho ecológico” que acabaria configurando o que seria a “sua terra”. Aparentemente, provar a ocupação continuada de um grupo indígena numa área e, a partir dessa relação histórica, caracterizar um modo de vida indígena a partir de sua adaptação ao ambiente ocupado seria suficiente para configurar a relação que um grupo indígena mantém com esta “sua terra” (Gallois, 1998, p.98).

As concepções de organização e luta do movimento indígena parecem estar voltadas também para outros tipos de políticas públicas, conforme me explicou Climério Anacé. Para estes povos, depois da luta pela terra, há outras demandas específicas ou as necessidades particulares de cada povo, como a política pública da escola diferenciada do jeito do povo indígena, da saúde específica dentro das comunidades indígenas de acordo com a medicina tradicional, a construção das suas casas e os espaços dos seus plantios para suas sobrevivências dentro das suas aldeias.

Mesmo tendo muitas outras demandas a centralidade da luta é no território, então é importante indagar se na perspectiva desses indígenas quais os principais problemas enfrentados pelo movimento indígena no Ceará? Segundo os relatos dos povos indígenas que eu já ouvi e presenciei o principal problema está mesmo no reconhecimento da sua identidade cultural e na demarcação dos seus territórios. Perguntei ao Climério Anacé porque o movimento indígena no Ceará realiza vários tipos de ocupação política, tipo fechamento de rodovias, ocupação da Funai, retomadas de terra. Na fala do meu entrevistado Climério, segundo ele:+

Nós povos indígenas somos resistentes principalmente a todo tipo de ataque e continuamos resistentes, especificamente, os nossos mais velhos. Os nossos anciões fizeram com que hoje o povo pudesse de fato ser esclarecido no sentido de acreditar na luta, sabemos que aqui no Nordeste existe indígenas sim e que formamos a terceira maior região do país que já contam com os indígenas. E tudo isso, nós no Nordeste, temos essa grande possibilidade de dizer e de acreditar que a nossa luta dos nossos antepassados nos fortaleceu e até aqui somos resistentes lutamos e acreditamos na Mãe Natureza, porque ela nos protege e ela de fato nos alimenta e nos dá a vida.

Segundo o meu entender tudo se passa como uma forma de reivindicação por parte do movimento indígena ao Estado brasileiro, que até hoje não consegue atender a necessidade do povo indígena, que é o reconhecimento da sua identidade cultural e a demarcação das suas terras. Assim, para que eles possam realizar suas necessidades, como uma escola diferenciada de estilo do povo indígena e a construção de posto de saúde dentro da comunidade que vai atender os povos indígenas, etc. precisam intensificar a luta desenvolvendo vários tipos de estratégias. De acordo com Gomes (2009), mostra que;

O movimento indígena hoje se constitui como um dos mais fortes e articulados do Ceará. Entre suas principais bandeiras de luta, encontram-se o acesso à terra, à saúde e à educação. A criação das Escolas Indígenas Diferenciadas constitui capítulo à parte na história recente dos povos indígenas no Ceará, uma prova da eficácia de sua organização. A FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), órgão governamental responsável pela saúde das populações indígenas, tem no Ceará um Distrito Sanitário que atua em 17 municípios, atendendo a 11 etnias e 76 aldeias, alcançando mais de 22.602 pessoas. Realizam anualmente sua Assembleia Estadual, na qual se reúnem para discutir, avaliar e traçar estratégias de luta. Cada povo, para ser legitimado perante o movimento, precisa estar organizado e mobilizado internamente em suas aldeias (GOMES, 2009, p.189).

Nas leituras iniciais que apoia este projeto vemos também que o movimento indígena no Ceará está articulado em um contexto com outros movimentos sociais:

O maior movimento social situado na zona costeira cearense é autodenominado de “povos do mar”. Maior pela quantidade de categorias de sujeitos que o movimento abarca, congregando organizações de pescadores, catadores de caranguejo, marisqueiras, produtores de algas, “moradores” e, em certas circunstâncias, indígenas e quilombolas. É o maior também pela quantidade de comunidades distribuídas ao longo da zona litorânea, e também pela importância da produção de pescado para a economia cearense [...] Com essa unidade de mobilização complexa a rede de movimentos sociais do litoral cearense possui inúmeros fóruns de discussão que representam as organizações locais e, por conseguinte, rompem com a fragmentação da mobilização, como por exemplo: o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC); o Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral do Ceará (FPPLC); a Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense (REALCE); a Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará; e a Federação

das Colônias de Pescadores do Ceará. Paralelamente, existe também uma ampla rede de apoio formada por inúmeras organizações, movimentos sociais e de pesquisadores (PALITOT, 2009, pp.43-44).

Outro autor que pesquisa os índios no Ceará, Max Maranhão, reforça a informação acima de que;

Outras inúmeras identidades coletivas, étnicas e locais alçam-se à condição de movimentos políticos e culturais no Ceará contemporâneo: são os “povos do mar”, os quilombolas, os ciganos, os atingidos por barragens e os pequenos agricultores. Além de outros grupos que cabem na categoria de “Povos e Comunidades Tradicionais”: pequizeiros, louceiras, cipozeiros, comunidades de terreiros. Num cenário mundial onde as identidades locais e coletivas (étnicas, raciais e culturais) vêm ganhando cada vez mais espaço nas mobilizações políticas (ALVAREZ, DANIGNO E ESCOBAR, 2000; CASTELLS, 2002 e HALL, 1999), é importante atentarmos para este mapeamento preliminar e inédito sobre a pluralização das identidades culturais e das lutas políticas nos movimentos sociais cearenses (PALITLO, 2009, pp. 22-23).

Segundo o meu entrevistado na pessoa de Renato do povo Tupiniquim do estado do Espírito Santo, a maioria da luta do povo indígena sempre foi e será a luta pela terra, e direito pela terra:

Porque sem a terra nós não somos nada, sem a terra nós não vamos ter a saúde de qualidade, educação diferenciada, precisamos que o governo entenda que nós indígenas não somos utensílios para o governo, o movimento indígena tem a característica de lutar por direitos que foram conquistados pelos nossos antepassados, por grandes lideranças que lutaram para garantia dos dois grandes artigos da Constituição do ano de 1988 [refere-se aos artigos 231 e 232], precisamos que o governo entenda que nós não queremos a terra de ninguém, mas sim queremos a nossa terra, precisamos que o governo aplique todas as leis internacionais que ele trouxe para o Brasil, como a Convenção 169 da OIT, a Declaração das Nações Unidas, que fala tudo sobre o direitos dos povos indígenas, mas o fato é que o Brasil não botou em prática o que nós precisamos que é que o governo brasileiro coloque essas leis em prática. Se o Brasil tinha colocado em prática desde a Constituição do ano de 1988, onde tinha 5 anos para demarcar as terras indígenas, acredito eu que não haveria mais conflitos, mas sim haveria a paz, nós não queremos o conflito.

Na minha compreensão o governo brasileiro não toma nenhuma medida para solucionar os problemas dos povos indígenas porque há um grande interesse por parte do Estado brasileiro com os grandes empresários do país que estão interessados nas terras dos povos indígenas para a construção de grandes empreendimentos.

Mas, esses empreendimentos não são para benefício dos povos indígenas, podemos tirar só como um exemplo claro o caso do Complexo Industrial do Porto de Pecém em Caucaia que atinge os Anacé. Climério do povo indígena Anacé diz que seu povo tem uma luta grande com a especulação imobiliária:

Nós ficamos na beira da praia e sabemos que o município de Caucaia é o município que tem o maior interesse do Governo Federal na sua área litorânea para implantação parques eólicos, *resortes* e principalmente hoje se encontra o empreendimento muito grande na margem da nossa terra indígena, que é o Complexo Industrial do Porto de Pecém, o qual vem agravando e vem deixando as doenças nas nossas comunidades, e por conta desses processos do Complexo Industrial do Porto de Pecém duas comunidades foram retiradas, removidas para serem realocadas dentro de uma reserva, violando assim o nosso território, porque quando o governo deixa de reconhecer a nossas terras tradicionais e nos coloca dentro de uma reserva é porque eles têm a interesse na terra.

Diante de todas essas questões aqui colocadas tenho interesse em estudar como os povos indígenas no Ceará se organizam e qual a sua história. Saber como estes povos conseguem se articular para enfrentar os interesses dos governos e dos empresários. A pesquisa que fiz até o momento para o meu TCC me mostra como é preciso aprofundar alguns temas e entender melhor essa realidade no Brasil.

4. OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral:

Conhecer, analisar e compreender como o movimento indígena no Ceará está organizado e quais são suas realidades e principais lutas, através da pesquisa qualitativa nas Ciências Humanas.

Objetivos Específicos:

- Identificar os tipos de organizações que caracterizam/compõe o movimento indígena no Ceará e os objetivos de cada organização;
- Analisar a história de formação do movimento indígena;
- Identificar os espaços de atuação (dentro dos povos, com o poder público, com outros movimentos sociais, na universidade) e de articulação do movimento indígena do Ceará (em âmbito local, estadual, regional, nacional);
- Compreender as principais lutas do movimento indígena no Ceará e como estas lutas fortalecem os povos indígenas na sua autonomia e na conquista dos direitos constitucionais.

5. REFLEXÕES METODOLOGICAS

Antes de falarmos da metodologia, é preciso abordarmos sobre o conceito de pesquisa, segundo Ander-Egg, (1978) citado por Lakatos (2010), a pesquisa é um procedimento que permite uma reflexão sistemática, controlada e crítica, permitindo assim o entrevistador descobrir os novos fatos e dados, relações ou leis em todos os campos de conhecimentos. Ela requer os tratamentos científicos através da utilização formal de métodos de pensamentos reflexivos permitindo assim o pesquisador seguir um caminho para chegar a realidade sobre um determinado assunto (LAKATOS 2010).

O que podemos denominar de metodologia. Neste caso a metodologia é a disciplina que atribui os caminhos necessários para auto aprendizado, ajudando o pesquisador a investigar e divulgar o conhecimento obtido num determinado estudo (MARTINS, 2009). Os métodos da pesquisa podem ser qualitativas e quantitativa.

A nossa pesquisa está baseada no método qualitativo. Segundo Creswell (2010), os métodos qualitativos mostram uma abordagem diferente de investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa. Para este autor, a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e método de coleta, análise e

interpretação dos dados. Deste modo, a nossa pesquisa envolve levantamento bibliográfico, documental e estudos de campo. No estudo de campo utilizarei a técnica da observação participante.

Para Lakatos (2010, p.177), a observação participante consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou no grupo: “ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele”. Fica tão próximo quanto um membro de grupo que ele está estudando e participa nas atividades normais destes. Na etapa da pesquisa de campo vamos utilizar a entrevista não dirigida, incentivando assim os nossos entrevistados, à expressarem livremente as suas opiniões, seus conhecimentos, suas experiências e os seus sentimentos sobre o assunto da nossa pesquisa.

As etapas da pesquisa serão as seguintes:

A) Pesquisa bibliográfica

Nesta etapa darei continuidade à pesquisa de bibliografias adequadas ao meu tema e qualificar, aprofundas a revisão da literatura.

B) Pesquisa documental

Esta etapa será realizada no acervo em construção sobre a história do movimento indígena do Ceará que está sediado na UFC. Trata-se de um conjunto de documentos, matérias de jornais, registros escritos e fotográficos dos eventos do movimento indígena no Ceará desde a década de 1970. O conjunto deste material foi cedido pela indigenista Maria Amélia, fundadora da Missão Tremembé, e está sendo catalogado e organizado pelo departamento de História da UFC. O Grupo de Pesquisa com Povos Indígenas (GEPI) da Unilab está em processo de construção de parceria para a organização do acervo.

C) Pesquisa de campo

Esta ocorrerá nos eventos promovidos pelo movimento indígena no Ceará e em alguns povos para entrevistar lideranças históricas do movimento, como os Tremembé, Tapeba, Jenipapo Kanindé e Kanindé, entre outros povos que forem sendo apontados na pesquisa. Também vou fazer levantamento sobre pessoas que atuaram e atuam no movimento indígena no Ceará como assessoria e

7. REFERENCIAIS BIBLIOGRAFICAS

GOMES, Alexandre Oliveira. **Museus e memória indígena no Ceará: Uma proposta em construção.** / Alexandre Oliveira Gomes e João Paulo Vieira Neto. - Fortaleza: SECULT, 2009.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará:** Aquilo é uma coisa de índio. Objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará / Alexandre Oliveira Gomes. - Recife: O autor, 2012.

JUCA, Juliana Lustosa (2014). **“Nós temos que assumir que somos índios e quebrar esse preconceito”:** Estudantes tapeba e o reconhecimento da identidade indígena. [internet], disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:i8gM1NQvEDIJ:uece.br/politicasuece/dmdocuments/JULIANA_JUC%25C3%2581.pdf+%&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso 02/06/2017.

Jornal o Povo. Disponível em <http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/04/apenas-uma-das-25-areas-indigenas-do-ceara-esta-regularizada.html> acesso 08/08/2017.

LOKATOS, Eva Maria. Fundamento de Metodologia Científica. / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lokatos. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade, **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada** / Gilberto de Andrade Martins, Carlos Renato Theóphilo. _ 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, João Leite. **Índio e terra: 1850-1880.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance! Movimento Indígena no Nordeste.** / Kelly de. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

PALITOT, Estevão Martins. **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará.** /Estêvão Martins Palitot [organizador]. – Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

Os indígenas no Censo Demográfico 2010 (IBGE): primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.[internet] disponível http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso 02/08/2017.

SAMPAIO, José Augusto. Quadro de Acompanhamento da Situação Fundiária das Terras Indígenas no Ceará. Anai, 2011.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **Movimento Indígena no Brasil e a Questão Educativa: Relações de Autonomia, Escola e Construção de Cidadanias.** Revista Brasileira de Educação: Jan/Fev/Mar/Abr, 2000 Nº 13.

Supremo Tribunal Federal [internet]. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202051> acesso 02/08/2017.

Anexos 1



Figura 1. II Fórum de Museus Indígenas do Ceará Realizado na Comunidade Indígena do povo Indígena do Povo Jenipapo - Kanindé Aquiraz, no dia 09 a 11 de Dezembro de 2016.



Figura 2. Aula de Campo Anacé (Matões), Apresentação da Dança do Coco no dia 11 de Fevereiro de 2017.



Figura 3. Aula de campo Anacé (Matões), Visita a Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anace no dia 11 de Fevereiro.



Figura 4. I conferência de Juventude realizado na comunidade Indígena do Povo Indígena na comunidade Kanindé - Aratuba na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos no dia 04 a 05 2017.

Mapa Povos Indígenas no Ceará

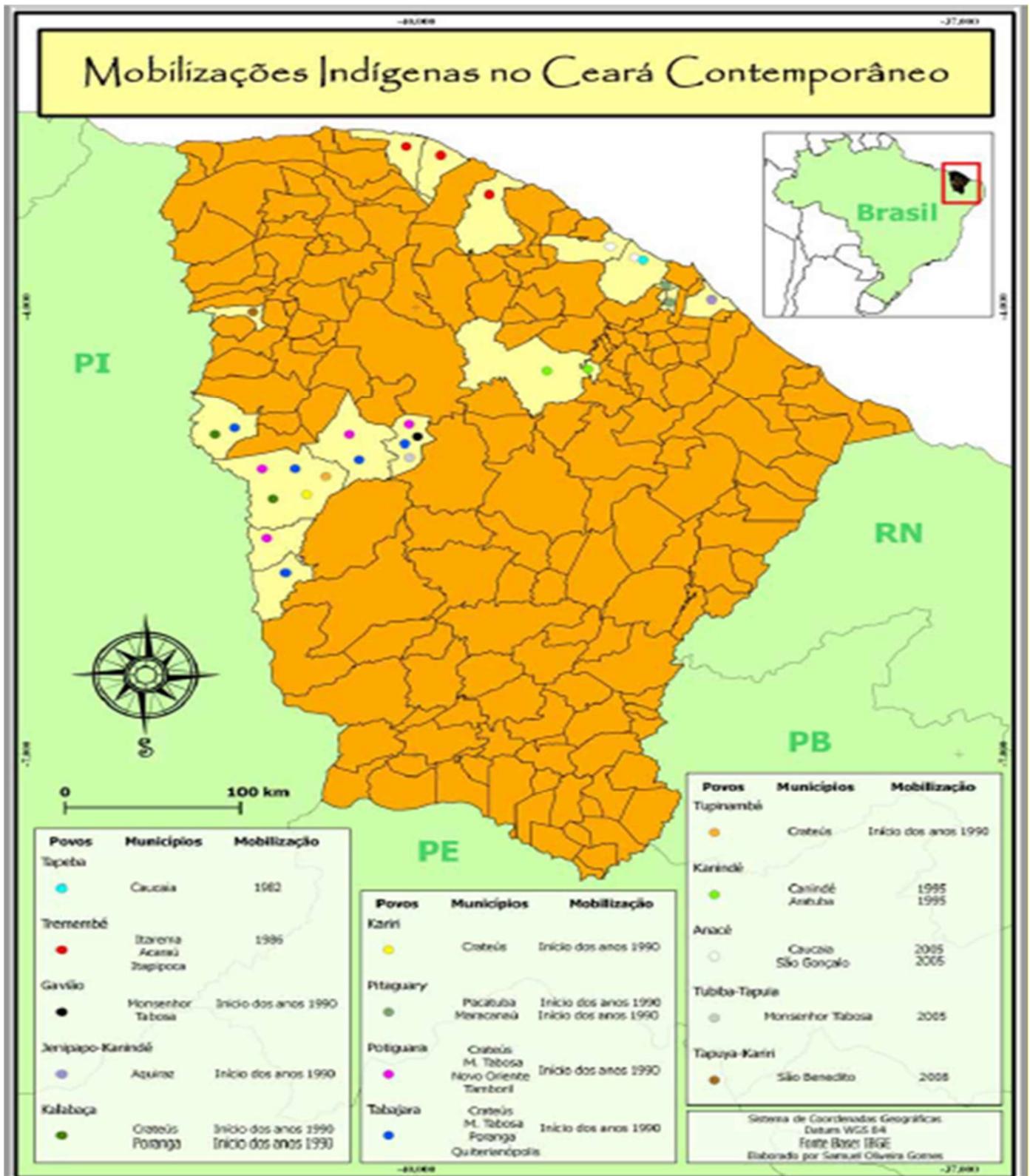


Figura 5.

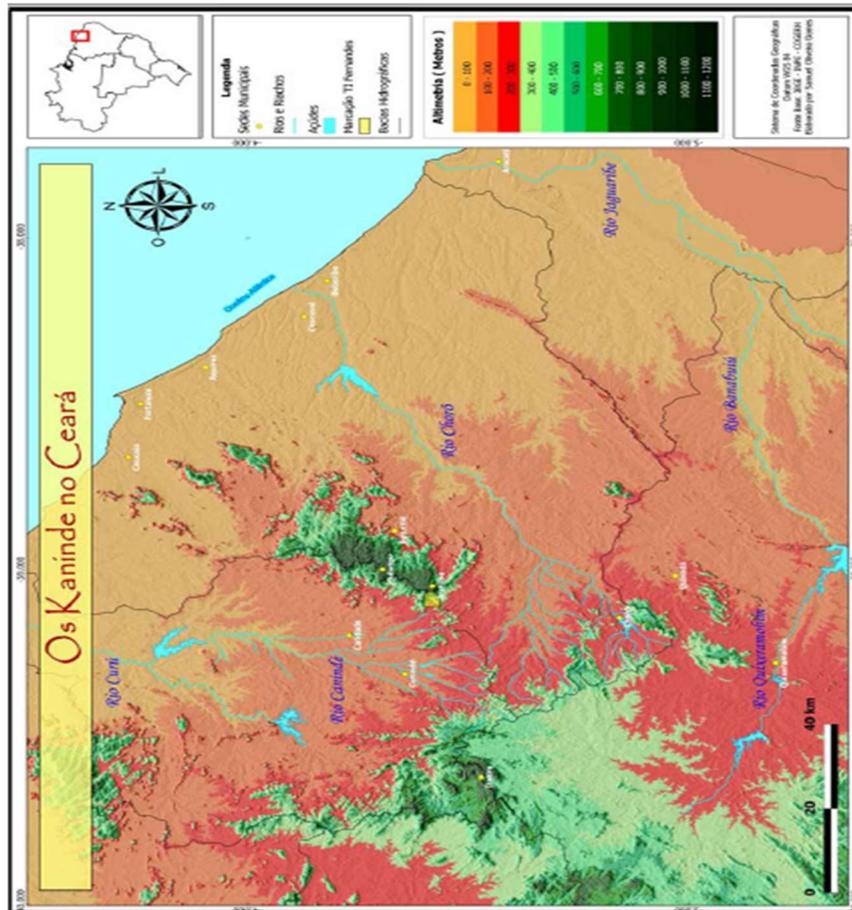


Figura 6.

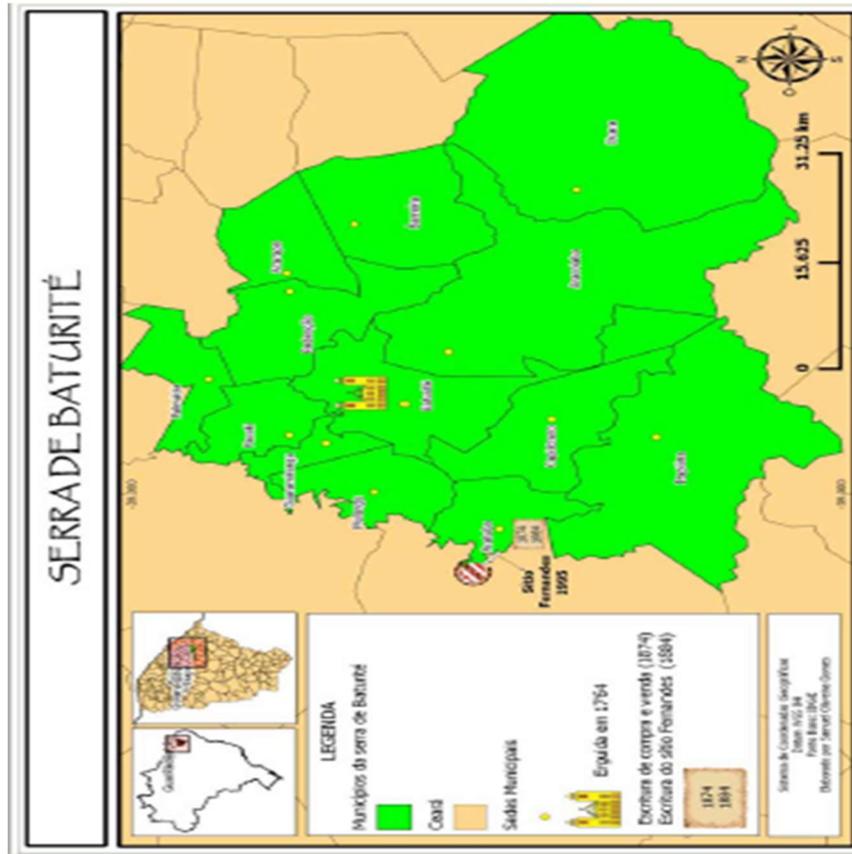


Figura 7.

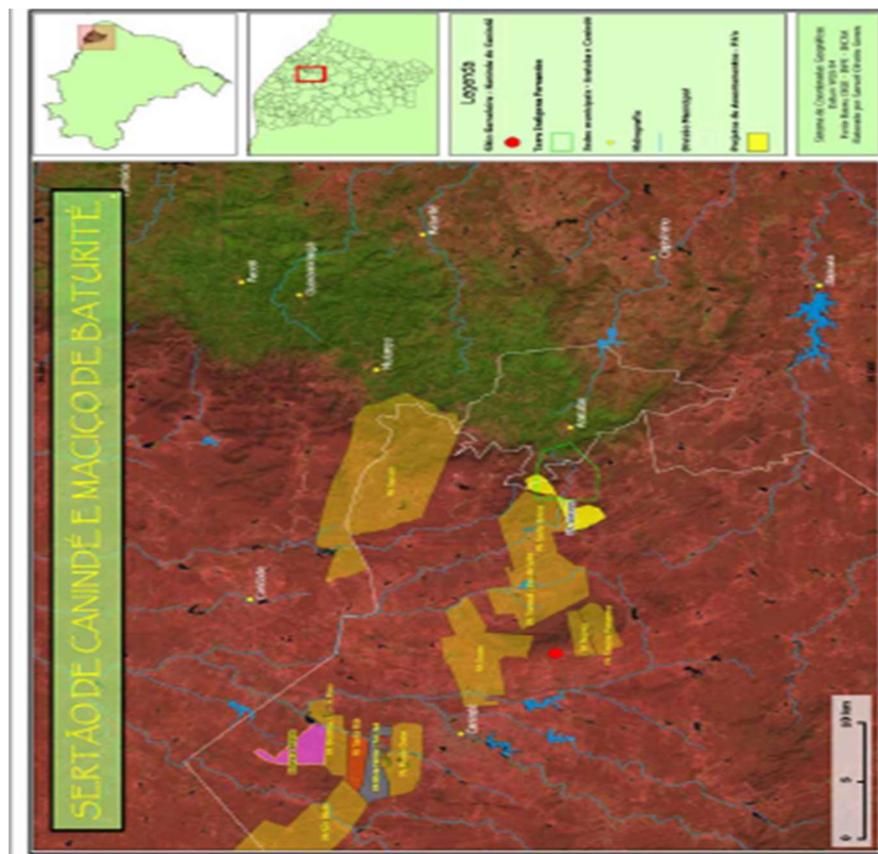


Figura 8.

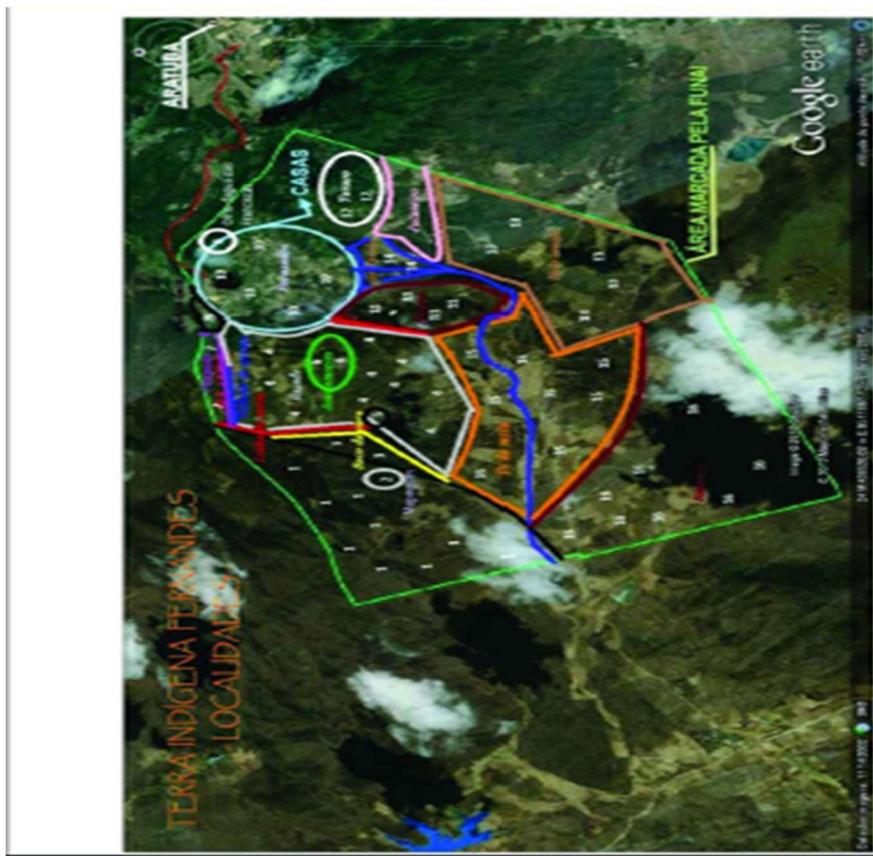


Figura 9.

2. Situação territorial dos índios no Ceará /Anai.

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS TERRAS INDÍGENAS NO CEARÁ

Responsável Técnico: José Augusto Sampaio, Consultor Antropólogo Anai
 Colaboração: Estêvão Martins Palitot, antropólogo - Anai
 Atualizado em 15.03.2011

TERRA:	Aldeia São José
POVO:	Potiguara do Ceará (de Crateús) e Tupinambá de Crateús
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, urbana.
MUNICÍPIO(S):	Crateús
POPULAÇÃO:	1228 (Funasa, 2010)
TERRA:	Anacé
POVO:	Anacé
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, em regularização (em identificação)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S):	Caucaia e São Gonçalo do Amarante
POPULAÇÃO:	1262 (Funasa, 2010)
TERRA:	Canindé de Aratuba
POVO:	Canindé
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar); parc. desapropriada (Incrá)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S):	Aratuba
POPULAÇÃO:	659 (Funasa, 2010)
TERRA:	Canindé de Canindé (Fazenda Gameleira)
POVO:	Canindé
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, degradada

MUNICÍPIO(S): Canindé
POPULAÇÃO: 55 (Funasa, 2010)
TERRA: Cariri de Crateús (Maratoã)
POVO: Cariri (de Crateús)
SIT. JURÍDICA: Tradicional (parte), sem providência (a identificar); parc. pleito p/ aquisição
EXTENSÃO: ?
COND. ATUAL: Intrusada, degradada, parc. Urbana
MUNICÍPIO(S): Crateús
POPULAÇÃO: 118 (Funasa, 2010)
TERRA: Cariri do Crato (Poço Dantas)
POVO: Cariri (do Crato)
SIT. JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO: ?
COND. ATUAL: Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S): Crato
POPULAÇÃO: 50 famílias ("Diário do Nordeste", 2008)
TERRA: Carnaúbau
POVO: Tapuia-Cariri
SIT. JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO: ?
COND. ATUAL: Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S): São Benedito
POPULAÇÃO: 32 famílias ("Diário do Nordeste", 2008)
TERRA: Lagoa Encantada
POVO: Jenipapo-Canindé
SIT. JURÍDICA: Tradicional, em regularização (declarada)
EXTENSÃO: 1731
COND. ATUAL: Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S): Aquiraz
POPULAÇÃO: 293 (Funasa, 2010)

TERRA:	Monte Nebo
POVO:	Potiguara do Ceará (de Crateús)
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S):	Crateús
POPULAÇÃO:	Nas Terras urbanas no município
TERRA:	Nova Terra
POVO:	Potiguara do Ceará (de Crateús) e Tabajara (da Nova Terra)
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, urbana
MUNICÍPIO(S):	Crateús
POPULAÇÃO:	865 (Funasa, 2010)
TERRA:	Olho d'Água dos Canuto
POVO:	Tabajara (de olho d'Água dos Canuto)
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Insuficiente, degradada
MUNICÍPIO(S):	Monsenhor Tabosa
POPULAÇÃO:	28 (Funasa, 2010)
TERRA:	Paupina
POVO:	Potiguara da Paupina
SIT.JURÍDICA:	Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO:	?
COND. ATUAL:	Intrusada, degradada, urbana
MUNICÍPIO(S):	Fortaleza
POPULAÇÃO:	81 ("Diário do Nordeste", 2010)
TERRA:	Pitaguari
POVO:	Pitaguari

<p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, em regularização (declarada); subjúdice</p> <p>EXTENSÃO: 1735</p> <p>COND. ATUAL: Insuficiente, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Maracanaú e Pacatuba</p> <p>POPULAÇÃO: 3765 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Poranga</p> <p>POVO: Tabajara (de Poranga) e Calabaças (de Poranga)</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Poranga</p> <p>POPULAÇÃO: 1228 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Potigatapuia (Processo Mundo Novo/Viração)</p> <p>POVO: Gavião, Potiguara do Ceará (da Serra das Matas), Tabajara (da Serra das Matas) e Tubiba-Tapuia</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, em regularização (em identificação)</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Monsenhor Tabosa e Tamboril</p> <p>POPULAÇÃO: 2307: Gavião 68, Potiguara do Ceará 1928, Tabajara 264 e Tubiba-Tapuia 47 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Potiguara de Novo Oriente</p> <p>POVO: Potiguara do Ceará (de Novo Oriente)</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Novo Oriente</p> <p>POPULAÇÃO: 281 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: São José e Buriti</p> <p>POVO: Tremembé</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, em regularização (em identificação); subjúdice</p>

<p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Itapipoca</p> <p>POPULAÇÃO: 73 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Serra das Melancias</p> <p>POVO: Tabajara (de Crateús)</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Crateús</p> <p>POPULAÇÃO: 23 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Tabajara de Quiterianópolis</p> <p>POVO: Tabajara (de Quiterianópolis)</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p> <p>MUNICÍPIO(S): Quiterianópolis</p> <p>POPULAÇÃO: 319 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Tapeba</p> <p>POVO: Tapeba</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, em regularização (em identificação)</p> <p>EXTENSÃO: 4767 (pré-identificada)</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada, parc. urbana</p> <p>MUNICÍPIO(S): Caucaia</p> <p>POPULAÇÃO: 6552 (Funasa, 2010)</p>
<p>TERRA: Tremembé de Almofala</p> <p>POVO: Tremembé</p> <p>SIT.JURÍDICA: Tradicional, em regularização (em identificação); subjúdice</p> <p>EXTENSÃO: ?</p> <p>COND. ATUAL: Intrusada, degradada</p>

MUNICÍPIO(S): Itarema
POPULAÇÃO: 1936 (Funasa, 2010)
TERRA: Tremembé de Queimadas
POVO: Tremembé
SIT. JURÍDICA: Tradicional, em regularização (em identificação)
EXTENSÃO: ?
COND. ATUAL: Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S): Acaraú
POPULAÇÃO: 126 (Funasa, 2010)
TERRA: Tremembé do Córrego João Pereira
POVO: Tremembé
SIT. JURÍDICA: Tradicional, regularizada (homologada/registrada)
EXTENSÃO: 3162
COND. ATUAL: Intrusada, degradada
MUNICÍPIO(S): Acaraú e Itarema
POPULAÇÃO: 449 (Funasa, 2010)
TERRA: Vila Vitória
POVO: Calabaças (Jandaíra) e Tabajara (de Crateús)
SIT. JURÍDICA: Tradicional, sem providência (a identificar)
EXTENSÃO: ?
COND. ATUAL: Intrusada, urbana
MUNICÍPIO(S): Crateús
POPULAÇÃO: 168 (Funasa, 2010)
SITUAÇÕES SEM PLEITO DEFINIDO POR TERRA INDÍGENA
<ul style="list-style-type: none"> o Crateús: cinco povos (Calabaças, Cariri, Potiguara do Ceará, Tabajara e Tupinambá de Crateús) convivem em áreas da periferia urbana de Crateús-CE. Além das quatro Terras constantes do Quadro acima (Aldeia São José, Cariri de Crateús (Maratoã), Nova Terra e Vila Vitória), para as quais há pleitos por regularização; devem ser mencionadas também as seguintes situações locais com respectivos povos de referência: Altamira (Potiguara do Ceará), Pedra viva (Potiguara do Ceará), Planaltina (Potiguara do Ceará), Terra Livre (Potiguara do Ceará) e Terra Prometida (Tabajara).

- Jucá: povo Jucá, município de Parambu-CE.
- Paiacu: povo Paiacu, município de Beberibe-CE.

Os 14 povos indígenas do Ceará

1 TAPEBA

Município: Caucaia

População estimada: 8.010

Situação: com primeiro processo demarcatório iniciado em 1985, o povo indígena teve pelo menos duas tentativas de demarcação anuladas desde 1997. O processo atual começou em 2010 e teve relatório entregue à Funai e ao Ministério da Justiça em 2013. O último passo, a portaria de declaração dos limites da terra, está pendente desde 2016.

2 TABAJARA

Municípios: Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril.

População estimada: 4.840

Situação: em Crateús, aguardando transferência de aldeias Nazário e Mambira do Incra para a Funai, em terra que foi assentamento rural. Na periferia de Crateús, áreas foram doadas pela Prefeitura e aguardam regularização fundiária. Luta é integrada à dos povos Kalabaça, Potyguara, Kariri e Tupinambá. Na Serra das Matas (Monsenhor Tabosa e Tamboril), relatório circunstanciado entregue à Funai em 2012 aguarda publicação no Diário Oficial da União. O processo foi iniciado em 2003 e engloba os povos Gavião, Potyguara e Tubiba-Tapuia. Junto com o povo Kalabaça, a mobilização em Poranga é pela demarcação das aldeias Imburana e Cajueiro, com processos iniciados em 2003 e 2007. Ali, o povo aguarda nomeação de grupo de trabalho na Funai para estudos da demarcação.

3 POTYGUARA

Municípios: Boa Viagem, Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril.

População estimada: 4.658

Situação: em Crateús e no território da Serra das Matas, mesmo movimento dos Tabajaras. Em Novo Oriente, luta pela demarcação da aldeia de Lagoinha está sem providências.



4 PITAGUARY

Municípios: Maracanaú e Pacatuba

População estimada: 4.478

Situação: em 2006, portaria declaratória delimitou 1.735 hectares para o povo indígena. Em sentença julgada em 2014, 336 hectares foram retirados. Atualmente, é aguardada a retirada de não-índios e homologação da terra indígena.

5 TREMEMBÉ

Municípios: Acaraú, Itarema e Itaipipoca.

População estimada: 3.817.

Situação: único povo indígena que teve processo de demarcação concluído. Apenas a terra do Córrego do João Pereira, em Itarema, foi regularizada. Outras terras indígenas são alvo da reivindicação deste povo: nas aldeias de Almofala, Queimadas, Barra do Mundaú, Aroeira, Santo Antônio e Camondongo. Todos estão no processo de demarcação.

6 ANACÉ

Municípios: Caucaia e São Gonçalo do Amarante

População estimada: 2.361

Situação: relatório circunstanciado entregue à Funai em 2011, aguardando publicação no Diário Oficial da União e recomendação para estudo socioambiental do território das aldeias Japoara e Santa Rosa, em Caucaia. Processo iniciado em 2003. Em São Gonçalo do Amarante, aguarda pela construção da Reserva Tabá dos Anacé com os povos Matões e Bolso, com compromisso firmado em 2013.

7 KANINDÉ

Municípios: Aratuba, Canindé e Maracanaú

População estimada: 1.177

8 TAPUIA-KARIRI

Municípios: Carnaubal e São Benedito

População estimada: 736

Situação: aguardando constituição de grupo de trabalho para produzir relatório circunstanciado sobre demarcação do território em São Benedito. Processo foi iniciado em 2007.

9 JENIPAPO-KANINDÉ

Município: Aquiraz

População estimada: 409

Situação: aguardando demarcação física, com materialização de marcos e georreferenciamento pela Funai. Processo iniciado em 1995.

10 KALABAÇA

Municípios: Crateús e Poranga

População estimada: 290

Situação: mesma reivindicação dos Tabajara em Poranga.

11 TUBIBA-TAPUIA

Município: Monsenhor Tabosa

População estimada: 243

Situação: mesma reivindicação dos Tabajara na Serra das Matas.

12 KARIRI

Município: Crateús

População estimada: 215

Situação: mesma do povo Potyguara em Crateús.

13 GAVIÃO

Município: Monsenhor Tabosa

População estimada: 86

Situação: mesma do povo Potyguara na Serra das Matas.

14 TUPINAMBÁ

Município: Crateús

População estimada: 23

Situação: Mesma reivindicação dos Tabajara em Crateús.

FONTES: Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)/ Distrito de Saúde Especial Indígena no Ceará (DISEI/CE) / Associação para Desenvolvimento Co-Produzido (Adelco)